

05 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

GOVERNO & FUNCIONALISMO

Professores mantêm greve, mas Justiça exige retorno imediato das aulas

O TJ-PR acatou pedido de liminar em favor do Governo do Estado, que determina o retorno das aulas na rede estadual de ensino e a proibição de piquetes. Caso a ordem seja descumprida, a multa diária de R\$ 20 mil será imposta à APP Sindicato. O líder sindical Hermes Silva Leão garantiu que a comissão de greve vai recorrer. Ontem, antes da decisão judicial, a categoria se reuniu no estádio do Paraná Clube, em Curitiba, e optou por continuar a paralisação

05 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

TJ-PR determina retorno imediato das aulas na rede estadual de ensino

Decisão em favor do Governo do Estado estipula multa diária de R\$ 20 mil em caso de descumprimento.

Comando de greve vai recorrer

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu ontem uma liminar em favor do Governo do Estado que determina o retorno imediato das aulas na rede estadual de ensino. A decisão foi do desembargador Luiz Mateus de Lima e, caso seja descumprida, multa diária de R\$ 20 mil será aplicada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato). Os grevistas também não podem impedir o acesso às escolas dos servidores que queiram trabalhar. De acordo com o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, será utilizada até força policial, caso seja necessário.

Segundo Sciarra, há condições de dar início às aulas. No entanto, ele admitiu que haverá dificuldades em algumas escolas. "Não está tudo em ordem por causa da greve", disse.

Sciarra destacou que o calendário escolar já está prejudicado e que será necessário avançar nas férias de julho e talvez nas de final de

ano, em dezembro, para poder cumprir os 200 dias letivos. Ele lembrou ainda que a negociação com os professores foi concluída no dia 25 de fevereiro.

"A pauta reivindicatória já tinha se esgotado e atendemos todos os pontos. Estranhemos que a assembleia (da categoria) foi marcada (para) só uma semana depois. Sempre estivemos abertos às negociações e avançamos. A greve passou a ser um movimento político", declarou. Segundo ele, o governo vai cumprir tudo que combinou. "Todas as questões financeiras, administrativas e da operação escolar estão atendidas", completou.

O secretário estadual de Educação, Fernando Xavier Ferreira, disse que em Londrina há duas ou três escolas que não terão condições de começar as aulas hoje. Já em Ponta Grossa, há cerca de 40 escolas que não estão prontas para iniciar o ano letivo, segundo Ferreira.

O secretário disse que nos primeiros dias de aula haverá uma situação muito desequilibrada, dependendo da cidade. Ele ainda não tinha

um levantamento do número de escolas que não estão aptas a iniciar as aulas hoje em Curitiba. Segundo Ferreira, os núcleos de educação serão orientados para solicitar a presença imediata dos diretores para formar o quadro de professores em cada uma das escolas. Ele acredita que até o final da próxima semana tudo estará concluído. Segundo Ferreira, o início das aulas depende de os diretores de escolas formalizarem o suprimento de aulas.

Ele disse que provavelmente será estabelecido um dia como marco para o início das aulas, para que ao longo do ano o calendário seja unificado. "A recomendação aos pais para os próximos dias é que busquem informações sobre as escolas dos seus filhos", apontou.

CONTINUA

05 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O secretário de Educação afirmou também que a distribuição de turmas está correta e a revisão do porte das escolas também foi concluída. Ele esclareceu ainda que o número de alunos por turma também está ajustado. "Há exceções de turmas numerosas, mas são poucas", disse.

O presidente da APP Sindicato, Hermes Silva Leão, garantiu que a comissão de greve vai recorrer da decisão judicial divulgada no final da tarde de ontem. "Nós não fomos notificados oficialmente ainda, mas vamos recorrer da decisão porque consideramos a greve legítima. Além disso, nós havíamos feito uma solicitação importante para que a Justiça fizesse uma audiência de conciliação entre as partes para que pudéssemos superar os últimos impasses", completou.

A decisão será avaliada na manhã de hoje. No entanto, o presidente da APP adiantou que o fim da greve depende da realização de uma nova assembleia com os professores. (Colaborou Viviani Costa)

05 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Precatórios

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná autorizou o pagamento de R\$ 9.084.259,87 em precatórios devidos pelo Estado do Paraná, referentes a 100 processos em ordem única e crescente de valores. Agora os autos de precatório devem ser encaminhados ao departamento econômico e financeiro do TJ para as providências necessárias à disponibilização dos recursos aos credores. A lista dos beneficiados pode ser conferida no site do TJ, www.tjpr.jus.br.

Caramori é liberado pela segunda vez

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina – O fotógrafo Marcelo Caramori deixou a Penitenciária Estadual de Londrina 2 no final da tarde de terça-feira. Esta foi a segunda liberação conseguida pela defesa. O ex-assessor do Governo Estadual foi preso pela primeira vez no dia 29 de janeiro, suspeito de participar de um esquema de exploração sexual de adolescentes que teria feito mais de 20 vítimas em Londrina. Ele chegou a ser solto no dia 10 de fevereiro, mas retornou à prisão dois dias depois, porque teria omitido informações.

Após conseguir a segunda liberação do cliente, o advogado Leonardo Vianna comentou que Caramori colaborou com a Justiça fornecendo informações que auxiliaram na abertura de novos inquéritos. “Ele tem colaborado com as autoridades, tanto que as investigações evoluíram, o que lhe dá o direito de responder em liberdade, assim como outros suspeitos no processo que não estão presos”, disse. Vianna não comentou as causas que fizeram Caramori retornar à prisão no mês passado e disse que não poderia dar detalhes do processo, que corre em segredo de Justiça.

05 MAR 2015 FOLHA DE LONDRINA

Réu do assassinato de Celso Daniel segue livre

Beatriz Bulla e
Talita Fernandes
Agência Estado

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter em liberdade o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, apontado pelo Ministério Público Estadual de São Paulo como mandante do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Ele já responde a ação penal em liberdade desde 2004, com base em habeas corpus. O STF discutia se havia fundamento para decretar prisão preventiva no caso e se o Ministério Público possui competência para realizar a investigação criminal. Lewandowski votou para conceder parcialmente o habeas corpus, mantendo Sombra em liberdade, mas rejeitando a anulação da denúncia contra o empresário: “Estou votando no sentido de conceder parcialmente a ordem para que o réu continue solto, mas para não me alinhar aos que anulam o processo sob argumento de que a denúncia teria se baseado exclusivamente em investigações realizadas pelo Ministério Público”.

Fim da greve na Defensoria Pública

Londrina - Noventa funcionários concursados da Defensoria Pública do Paraná encerraram ontem a greve da categoria. Eles estavam parados desde o dia 18 de fevereiro e o funcionamento do órgão era mantido apenas pelos servidores comissionados. Os concursados voltam ao trabalho hoje. Em publicação na página da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná (Assedepar) no Facebook, os trabalhadores afirmaram que todas as reivindicações foram atendidas pelo Governo do Estado. (Equipe Bonde)

MILITÃO Tribunal manda cohab reintegrar funcionária!

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho aceitou a tese da advogada trabalhista Maria Zélia de Oliveira e Oliveira e determinou a reintegração ao emprego e funções pela Cohab de Londrina da funcionária Alda Maria de Campos. Ela deverá receber os pagamentos de salários e demais direitos trabalhistas desde a data em que foi despedida até a efetiva reintegração. O acórdão publicado vem assinado pelo desembargador relator Célio Horst Waldraff. O TRT não aceitou a alegação de que ela, que já estava aposentada, mas continuava trabalhando, devesse dar o lugar para o ingresso de futuro funcionário. Valeu a decisão de tribunais superiores de que “a aposentadoria por si só não é motivo para a rescisão do contrato de trabalho”.

05 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Plenário do STF aprova perdão para José Genoíno

Beatriz Bulla e
Talita Fernandes
Agência Estado

Brasília - Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram ontem, por unanimidade, a extinção da pena imposta ao ex-presidente do PT José Genoíno no processo do mensalão. Ele foi beneficiado pelo indulto natalino, previsto em decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado. Genoíno é o primeiro dos réus condenados no processo do mensalão a se livrar da pena.

O ex-presidente do PT foi condenado em 2012 a 4 anos e 8 meses de prisão por corrupção ativa e passou a cumprir a pena em novembro de 2013. No final do ano passado, o ex-parlamentar conquistou a progressão de pena e passou para o regime aberto. Atualmente, ele está em prisão domiciliar.

O decreto presidencial de 24 de dezembro do ano passado, praxe no período de Natal, concedeu o perdão da pena para aqueles que tiverem pena privativa de liberdade inferior a oito anos

e que tenham cumprido um terço da pena para o caso de presos não reincidentes.

Até 25 de dezembro, quando começou a valer o decreto presidencial, o ex-deputado havia cumprido um ano, um mês e dez dias da pena, período que foi entendido pelo fato de o réu ter conseguido reduzir 34 dias da punição, alcançando com isso o período mínimo necessário para pedir o benefício, de um ano, dois meses e 14 dias. Com a extinção da punibilidade, aprovada pelo STF, Genoíno não é mais um condenado e, portanto, não tem nenhum tipo de restrição.

O relator das execuções penais do mensalão no STF, ministro Luís Roberto Barroso, seguiu parecer da procuradoria-geral da República para conceder o benefício a Genoíno. Todos os ministros acompanharam o voto de Barroso. "O senhor procurador-geral da República entendeu que a hipótese era de incidência do indulto, pois se ajustava aos requisitos objetivos e subjetivos", disse Barroso. "Como esse foi um julgamento em-

blemático e essa é a primeira situação de extinção de punibilidade (no mensalão), me pareceu por bem dar ciência formal ao plenário e submeter ao plenário minha decisão", completou o ministro.

Atualmente, um ano e quase quatro meses depois das primeiras prisões, o núcleo político envolvido no esquema de corrupção está fora da cadeia, cumprindo o restante da pena em regime aberto. O último a conquistar o benefício foi o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), que foi liberado para cumprir pena em casa na última semana, após passar por audiência na Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (Vepe-ma). Também já foram autorizados a mudar de regime o ex-ministro José Dirceu, o ex-deputado José Genoíno (PT), o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, Valdemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues e Pedro Corrêa (PP-PE) e o ex-tesoureiro do extinto PL Jacinto Lamas.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça decide pelo fim da greve

Decisão não fala em ilegalidade do movimento, mas que, com base nos avanços das negociações, as aulas devem voltar

Antonio Senkovski e

Catarina Scortecchi,

especial para a Gazeta do Povo

O desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), determinou nessa quarta-feira (4) o retorno imediato das aulas nas escolas estaduais, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil. A liminar do magistrado foi concedida dentro de uma ação declaratória de abusividade do governo do Paraná na tentativa de acabar com a greve iniciada no último dia 9 e horas depois de uma grande assembleia da categoria decidir pela manutenção da paralisação.

Na decisão, Lima sustenta que não há ilegalidade na mobilização, mas reforça que o sindicato que representa a categoria teria conseguido avançar nas negociações com o governo do estado. “De maneira alguma digo que as reivindicações não são dignas ou justas. Todavia, o que não me parece justo e legal, no caso, é comprometer toda a sociedade, maior afetada nesse momento”, diz trecho do despacho. Ele argumenta que “é inegável que houve alguns avanços nas negociações”.

Além de determinar o retorno às aulas, o magistrado proíbe os grevistas de “limitarem os acessos às dependências de órgãos públicos estaduais ou de impedirem outros servidores de trabalhar”. Ainda segundo ele, o uso de força policial está autorizado, “caso necessário”.

O presidente do sindicato dos professores, a APP Sindicato, Hermes Leão, criticou a decisão. “O Poder Judiciário está cego para as demandas da população. Como é que uma decisão dessas acontece no mesmo dia que conseguimos reunir mais de 20 mil pessoas numa assembleia? Isso é autoritarismo. Nós queríamos que o Judiciário atuasse como mediador do conflito”, declarou. Até a noite dessa quarta-feira (4), o sindicato não havia sido notificado oficialmente sobre a decisão. Leão antecipou, contudo, que o sindicato vai entrar com um recurso.

Apesar da possibilidade de recurso, o secretário de Educação, Fernando Xavier Ferreira, disse que a previsão é de que as aulas sejam retomadas até a semana que vem. “O calendário escolar certamente vai ser prejudicado, mas ainda não temos uma definição sobre como será feita a reposição das aulas”, disse Ferreira. “A recomendação aos pais para os próximos dias é que busquem informações sobre as escolas dos seus filhos”, avisou.

Para o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, o sindicato não tem motivos para continuar com a greve. “A pauta está concluída e a negociação está esgotada. O fato de eles terem marcado uma assembleia apenas uma semana depois da reunião de negociação demonstra que deixou-se a pauta reivindicatória para se assumir uma pauta política”, disparou.

Para a APP Sindicato, a greve tem o apoio de professores, pais e alunos. “Não fazemos greve para derrubar governos. Nenhum sindicato conseguiria manter uma greve dessa dimensão sem o apoio da categoria”, afirmou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

05 MAR 2015

Confira os fatos que antecederam a greve dos professores e seus momentos marcantes até agora:

29 de janeiro - O governo adia o pagamento do abono de férias dos servidores e da rescisão de todos os professores que haviam sido contratados em regime temporário (conhecidos como PSSs). No total, deixaram de ser pagos R\$ 110 milhões.

1.º de fevereiro - Reportagem da **Gazeta do Povo** mostra que a uma semana do começo do ano letivo, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) ainda não havia definido o quadro de docentes para 2015. Além da falta de professores, as escolas também sofriam por não ter servidores de serviços gerais em número suficiente.

3 de fevereiro - O governador anuncia a autorização para a que 10 mil professores PSSs sejam contratados.

4 de fevereiro - O governo envia para a Assembleia Legislativa um pacote de medidas que retiravam direitos dos servidores estaduais e mexia com os recursos da Paraná previdência.

7 de fevereiro - Professores da rede estadual aprovam a deflagração de uma greve por tempo indeterminado. As aulas deveriam começar no dia 9 de fevereiro.

10 de fevereiro - O governo do estado recua em alguns pontos do chamado "pacotaço". Medidas que retiravam benefícios e alterava o plano de carreira dos servidores da educação são suprimidas do texto enviado para análise dos deputados. O plenário da Assembleia é invadido pelos professores após os parlamentares aprovarem requerimento para que o "pacotaço" fosse analisado em comissão geral - o chamado "tratoraço." Os professores montam acampamento no local.

12 de fevereiro - Mesmo com o plenário ocupado, os deputados decidem votar o pacotaço. Para enfrentar o bloqueio feito pelos professores e acessar a sala onde foi montado um plenário improvisado, os deputados vão à Assembleia Legislativa em um camburão da Polícia Militar. Uma grade é cortada para que eles possam entrar no prédio. Os professores ameaçam invadir o local da votação. Após momentos de tensão, o

governo recua e retira o projeto do pacotaço. Com a notícia, os professores desocupam o plenário da Assembleia, mas a greve continua e eles permanecem acampados na Praça Nossa Senhora de Salete.

19 de fevereiro - Grevistas e governo do estado fazem primeira rodada de negociações desde o início das paralisações.

25 de fevereiro - Professores fazem uma marcha pelas ruas do centro de Curitiba até o Palácio Iguazu. Representantes da categoria e o governo voltam a se reunir, há avanços, mas greve continua.

27 de fevereiro - A APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual, marca para 4 de fevereiro uma assembleia com a categoria para decidir se greve acaba. O governo dá como encerradas as negociações com os professores e pede na Justiça que a greve seja declarada ilegal.

28 de fevereiro - A Justiça do Paraná determina o retorno imediato das atividades dos professores do terceiro ano do ensino médio e de 30% dos servidores administrativos da educação.

OPINIÃO

Para advogado, decisões judiciais enfrentarão resistência

O professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Alvair Nicz, acredita que pelo tamanho da mobilização dos professores, qualquer decisão judicial envolvendo a greve encontrará forte resistência. "A única solução que vejo será um acerto entre o go-

verno do estado e o sindicato, não há outro caminho. Não sei como eles vão fazer para que haja imposição do cumprimento das decisões judiciais". Ele acredita que nenhuma categoria tenha se mobilizado tanto quanto a dos professores nos últimos anos e explica que em casos como esse é possível que a Justiça venha a assumir a mediação das negociações, dentro do próprio âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). (AS)

"O fato de eles terem marcado uma assembleia uma semana depois da negociação demonstra que deixou-se a pauta reivindicatória para se assumir uma pauta política."

Eduardo Sciarra, chefe da Casa Civil.

CONTINUA

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MOBILIZAÇÃO

Assembleia na Vila Capanema e marcha reuniram mais de 20 mil professores

Na manhã desta quarta-feira (5), cerca de 20 mil professores se reuniram no estádio da Vila Capanema, em Curitiba, para decidir os próximos rumos da greve da categoria. Nenhum representante quis se cadastrar para defender o fim da paralisação aos microfones. A decisão da maioria foi pela manutenção da paralisação da rede estadual de ensino, uma vez que parte dos compromissos assumidos pelo governo estadual em negociações da semana passada, segundo a APP-Sindicato, ainda não saíram do papel. Os docentes também aprovaram a declaração de "assembleia permanente", o que significa que uma nova reunião pode ser convocada a qualquer momento no prazo de 24 horas em decorrência do cenário de incertezas.

Após o término da assembleia, os professores marcharam em direção ao Centro Cívico, onde estava agendada, na Assembleia Legislativa, a votação do fim da figura do "tratoração" – medida que permite que projetos sejam aprovados em um período curto de tempo, sem a análise individual por comissões da casa legislativa.

A passeata dos professores seguiu o seguinte trajeto: Rua Engenheiros Rebouças, Rua Conselheiro Laurindo, Avenida da Silva Jardim, Rua Mariano Torres (também ruas Luiz Leão e Barão de Antonina) e, por fim, Avenida Cândido de Abreu, até o Centro Cívico.

O grupo seguiu tranquilamente, sem pressa, pelas ruas da região central da capital, cantando refrões de apoio à greve e contra o governo. Ao passar pela Rua Mariano Torres, os manifestantes receberam o apoio da população, que acenava das janelas dos prédios. A marcha chegou ao Centro Cívico por volta das 13h30. Os grevistas então se acomodaram na Praça Nossa Senhora de Salete – que tem sido a casa de muitos deles desde o início da paralisação – e acompanharam a sessão da Assembleia Legislativa.

Leia mais sobre o fim do "tratoração" na Alep na página 17, em Vida Pública.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

TJ-PR tem déficit de analistas judiciários

São esses profissionais os responsáveis por fazer relatórios que sustentam as decisões dos magistrados

Diego Ribeiro

▮ Mesmo com um orçamento de quase R\$ 2 bilhões para este ano, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) ainda enfrenta dificuldades com a estrutura das equipes multidisciplinares na instância de primeiro grau. Essa é a principal reclamação de entidades representantes de classe, que inclusive têm colocado em xeque a qualidade dos relatórios que sustentam as decisões de juízes.

Formadas por psicólogos, advogados, assistentes sociais e até contadores, essas equipes são uma espécie de "investigadores", responsáveis por auxiliar de forma técnica os magistrados em suas decisões. Em 2008 a legislação estadual fixou o quadro em 800 analistas judiciário, mas há somente 610.

Esses problemas já foram expostos em carta aberta pela Associação dos Analistas do Judiciário (Anjud), Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP), Conselho Regional de Serviço Social (CRSS) e pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindijus-PR), mas devem ganhar voz mais forte no final

do mês, durante a reunião do Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Cdeca). Essas entidades têm tentado audiência com o novo presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, que ainda não os recebeu.

"Há um número insuficiente de servidores, o TJ não disponibiliza veículos nem motoristas para equipes, que normalmente atuam em área de risco. Tem algumas analistas que até já foram agredidas", afirma a presidente da Anjud, Patrícia Elache Gonçalves dos Reis. Os quadros mais deficitários são de serviço social, psicologia e pedagogia. Há 180 psicólogos, 23 assistentes sociais, 12 contadores e 395 na área do direito. Não há pedagogo no quadro ainda.

O problema, no entanto, pode ser maior. Na avaliação dos profissionais, o número total de vagas fixado é defasado. Por lei, o quadro de analistas é composto por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, contadores e advogados. Os três primeiros compõem as equipes na área da infância. "A atividade de analista ainda é vista como sem importância, mas são esses profissionais que, muitas vezes, mostram a realidade para o juiz", diz Patrícia.

A maior preocupação

A área da infância e adolescência (Varas da Infância e da Juventude e Adoção, Adolescentes em Conflito com a Lei e

de Infrações penais contra crianças e adolescentes) é a mais atingida pelo problema, segundo a Anjud. O núcleo de equipes multidisciplinares que atende Curitiba, por exemplo, há 19 psicólogos e apenas um assistente social. Em Ponta Grossa, o déficit é inverso. Lá, há 10 assistentes sociais para um psicólogo.

Por meio da assessoria de imprensa, o TJ informou que a administração atual do órgão não recebeu nenhuma "queixa formal" a respeito nem solicitação de novos equipamentos ou veículos. Sobre a falta de profissionais, o TJ está estudando se existe déficit e se há possibilidade de abrir concurso público.

CONTINUA

Reflexo negativo pode recair sobre os cidadãos

A falta de profissionais nas equipes multidisciplinares do Judiciário em primeiro grau repercute nos servidores municipais. Como não há profissionais suficientes ao dispor dos juízes, é comum o magistrado pedir psicólogos ou assistentes sociais do quadro do Executivo municipal.

De acordo com o psicólogo e analista judiciário Leandro José Müller, há casos em que um assistente social ou psicólogo atende uma família pelo serviço do município e, ao mesmo tempo, aponta para o juiz a realidade do local. Esse

profissional, que formou vínculo de confiança, pode gerar uma decisão contrária à família atendida.

“Isso gera quebra de vínculo pela duplicidade em atuação”, explica Müller. Uma das consequências é que aquela família atendida pode nunca mais ver o poder público como aliado, mas sim como aquele que o enganou.

Para a analista judiciária e conselheira do Conselho Regional de Serviço Social Fernanda Lopes de Camargo, o problema é que o servidor municipal não pode negar-se a fazer o relatório para o juiz. Tanto ela quanto Müller confirmam que vários magistrados fazem a solicitação prevendo punição a quem não cumprir a determinação mesmo com a falta de estrutura.

VAGA ESPECÍFICA

A Lei estadual 16.023/08 fixa em 800 o número de profissionais do quadro de analistas, mas não especifica quantos para cada área. Isso causa um problema. Por exemplo, o único concurso feito até agora não previa vagas para pedagogo. Sem a previsão na lei, fica a critério do presidente do Tribunal de Justiça definir.

INVERSÃO DE PAPÉIS

Psicólogo tem de fazer serviço de assistente social, e vice-versa

Entidades de classe relatam que os magistrados costumam fazer pedidos de análise a profissionais de outra área de atuação, o que pode não só induzir esse profissional a fazer uma avaliação equivocada como ainda levar o juiz a um erro judicial.

Segundo a psicóloga e analista judiciária Luciana Moraes, con-

“Há um número insuficiente de servidores, o TJ não disponibiliza veículos nem motoristas para equipes, que normalmente atuam em área de risco.”

Patrícia dos Reis, presidente da Anjud.

selheira do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP), a falta de profissionais gera um conflito ético.

De acordo com ela, há casos em que os psicólogos recebem pedidos de avaliações sobre temas referentes ao serviço social. O contrário também acontece. “Ele fica entre fazer o que seu superior pede e o que o Conselho orienta”, explica Luciana. Se não responder ao que o juiz pede, pode ainda, como em outras circunstâncias, responder a inquérito administrativo.

GAZETA DO POVO

A lista de Janot

no Supremo

05 MAR 2015

Cabe ao ministro Teori Zavascki decidir se abre investigação contra 54 detentores de foro privilegiado citados na Operação Lava Jato. As instituições brasileiras serão novamente testadas

Está nas mãos do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), a lista com 28 pedidos de abertura de inquérito envolvendo 54 políticos que têm foro privilegiado e foram citados ao longo das investigações da Operação Lava Jato. Além da abertura de inquérito propriamente dita, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também solicitou a Zavascki que levante o sigilo sobre essas investigações, o que permitiria ao público saber quem são os 54 nomes da lista, além daqueles mencionados nos sete pedidos de arquivamento feitos pela PGR. Os pedidos serão analisados por Zavascki um a um; se ele optar por acabar com o sigilo, pode tanto divulgar todos os nomes de uma vez só (o que é dado como mais provável), ou fazê-lo aos poucos, à medida que for aceitando os pedidos. Até o momento, não há certeza absoluta nem mesmo sobre os dois políticos que mais aparecem nas especulações que aterrorizam os corredores do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto: os de Renan Calheiros, presidente do Senado, e Eduardo Cunha, presidente da Câmara.

A decisão por pedir a abertura de inquérito, em vez de oferecer imediatamente a denúncia, mereceu algumas críticas daqueles que consideram que as delações premiadas nas quais se baseia a lista de Janot já ofereceria elementos suficientes para que se caracterize o crime. No entanto, a precaução do procurador-geral nos parece acertada. Com a abertura de inquérito, será possível aprofundar as investigações, incluindo elementos como quebras de sigilo e mandados de busca e apreensão de documentos, para embasar as informações dadas pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Mais importante que o modo como começa essa nova etapa é o modo como ela terminará. O Brasil precisa saber quem são os responsáveis pelo petrolão e qual o papel que cada um deles tinha no esquema: quem eram os mentores, os intermediários, os “cargadores de piano”. Os empresários e demais investigados presos em Curitiba não fizeram tudo sozinhos: a ação do “núcleo político”, para tomar emprestada uma expressão do processo do mensalão, é até mais importante para esclarecer como um escândalo dessas proporções foi possível.

A medida que as investigações prosseguirem, uma nomeação pendente ficará ainda mais importante. Ao contrário do que houve no mensalão, em que os réus foram julgados por todo o plenário do STF, políticos eventualmente denunciados pelo petrolão terão seu destino decidido pela 2.^a Turma da corte, formada atualmente por Carmen Lúcia, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Teori Zavascki. Para completar a turma, falta o ministro que substituirá o aposentado Joaquim Barbosa, e que ainda não foi indicado por Dilma Rousseff. Nessas circunstâncias, é impossível não lembrar de um precedente preocupante. Em 2009, quando o julgamento do mensalão já estava em curso, Lula nomeou para o STF um ex-advogado do PT e ex-subordinado de José Dirceu na Casa Civil. Apesar desses vínculos, Dias Toffoli não se declarou impedido de participar do julgamento e seus votos ajudaram a criar o cenário que permitiu a alguns condenados entrar com os embargos infringentes — recursos que, no fim, ajudaram a reduzir suas penas.

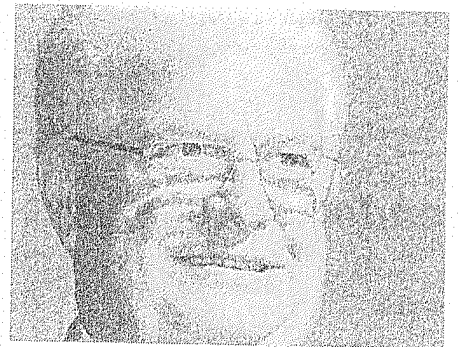
A solidez das instituições brasileiras será testada mais uma vez. Por mais frustrantes que tenham sido alguns desfechos do julgamento do mensalão — com penas revisadas para colocar condenados em regime semiaberto e a recente extinção da pena de José Genoino, graças ao indulto de Natal da presidente Dilma —, é inegável que aquele julgamento representou um marco positivo para o Brasil. O atentado à democracia tramado por alguns dos principais nomes do PT, o verdadeiro golpismo contra o país (assim denunciado explicitamente pelo então presidente do STF, Carlos Ayres Britto), não ficou impune, por mais que vários setores do petismo tenham tentado tumultuar o processo, com eventos de desagravo aos então réus e acusações constantes de “julgamento político”. A estratégia já começou a ser repetida, com as tentativas de desmoralizar o juiz federal Sérgio Moro. Agora, o ministro Jaques Wagner, da Defesa, afirma que a investigação de políticos causará “turbulência” em um momento no qual “o país precisa de calma e tranquilidade”. Mas “calma e tranquilidade” o país só terá quando houver a convicção de que seu dinheiro não está sendo pilhado em esquemas como o mensalão e o petrolão. Até lá, que corruptos e corruptores saibam, sim, o que é turbulência.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Gleisi, Paulo Bernardo e Meurer estão na lista da Lava Jato enviada ao STF

Pelo menos três paranaenses estão na lista de suspeitos por envolvimento em desvios na Petrobras. A relação foi entregue ao Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria-Geral da República. Os 54 políticos investigados só devem ser conhecidos oficialmente amanhã, mas nos bastidores já circulam os nomes da senadora petista Gleisi Hoffmann, do marido dela, o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, e do deputado federal Nelson Meurer (PP).



Gleisi Hoffmann disse que ainda não foi informada da lista; Paulo Bernardo (centro) e Nelson Meurer não foram encontrados.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Paulo Bernardo, Gleisi e Meurer são os paranaenses na lista negra da Lava Jato

Ex-ministro e senadora teriam recebido verba do esquema para financiar campanha eleitoral

Katna Baran e Kelli Kadanus, com Folhapress

A lista dos 54 políticos que serão alvo de inquéritos resultantes da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF) só deve ser oficialmente divulgada na sexta-feira (6). No entanto, alguns nomes de possíveis investigados já circulam nos bastidores e, entre eles, há pelo menos três paranaenses: a senadora Gleisi Hoffmann (PT); o marido dela, o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, e o deputado federal Nelson Meurer (PP). Os três foram citados como integrantes da lista pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Os pedidos de abertura de inquérito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), sob responsabilidade do procurador Rodrigo Janot, são resultantes dos depoimentos do doleiro Alberto Youssef, prestados em regime de delação premiada. Ele disse que teria doado R\$ 1 milhão para a campanha de Gleisi ao Senado, em 2010, por meio de um empresário, dono de um shopping center em Curitiba.

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa também disse em delação premiada que, em 2010, recebeu pedido “para ajudar a campanha” de Gleisi. Segundo ele, a solicitação foi feita por Bernardo. Ainda não se sabe o porquê de o nome do ex-ministro aparecer no STF, já que ele deixou o cargo no governo federal no final do ano passado e não teria mais direito a foro privilegiado. Uma das hipóteses é justamente de que o envolvimento dele no caso teria relação direta com o de sua esposa, Gleisi, que possui direito a julgamento no STF.

Procurada pela reportagem, Gleisi afirmou, em nota, que não recebeu, até o momento, nenhuma informação sobre a lista de pessoas a serem investigadas e reiterou seu posicionamento já externado anteriormente quanto ao caso. Em nota publicada em outubro do ano passado, Gleisi disse que é “vítima pelo cargo que ocupou [ministra da Casa Civil] deste leviano denunciamento dos dois réus confessos [Youssef e Costa]”.

Bernardo não foi encontrado pela reportagem para comentar o assunto. Mas ele também negou anteriormente qualquer envolvimento com o doleiro, em entrevista à *Folha de S. Paulo* em outubro. “Chance zero de Youssef pedir para fazer uma doação para Gleisi”, disse. “Ele não a conhece e não me conhece. A troco de quê vai fazer isso?”

Deputado

O deputado federal Nelson Meurer teve o nome vinculado à Lava Jato em janeiro deste ano, quando o juiz federal Sérgio Moro encaminhou ao STF dados de movimentações registradas no sistema paralelo de contabilidade do Posto da Torre, de Brasília. O nome do parlamentar aparece nos documentos relacionado ao doleiro Carlos Habib Chater, um dos investigados na operação. A planilha indica supostos pagamentos de R\$ 42 mil para “Nelson Meurer”. Na mesma página, há três remessas endereçadas só a “Nelson”, no total de R\$ 103 mil, segundo reportagem publicada pelo jornal *O Globo*.

Segundo as investigações Paulo Roberto Costa teria indicado Meurer como um dos beneficiados pelo esquema. Já Alberto Youssef afirmou que fazia remessas para Chater que, por sua vez, se encarregava de distribuir os valores para políticos em Brasília. Beneficiado com mais de R\$ 1,1 milhão de doações da Galvão Engenharia na campanha de 2014, Meurer é o recordista em doações das empreiteiras da Lava Jato entre os eleitos no Paraná. A reportagem entrou em contato com o deputado Meurer, mas uma assessora afirmou que não seria possível obter algum posicionamento dele nesta quarta-feira (4).

Meurer: deputado é suspeito de receber R\$ 145 mil de propina.

CONTINUA

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TIRA-DÚVIDAS

Fique por dentro do que vai acontecer daqui para frente:

O que acontece com a entrega da lista ao STF? O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato, autoriza a abertura do inquérito. Se autorizar, há uma investigação, são colhidas provas e ouvidos depoimentos de envolvidos.

Quem fará as investigações que forem autorizadas? A Polícia Federal. O Ministério Público supervisiona e pode pedir diligências. O juiz autoriza a abertura do inquérito e aprova as diligências.

O que acontece ao fim das investigações? Se for aberto processo, os réus são interrogados e é dado um prazo para as alegações finais de acusação e defesa. Depois, o relator marca o julgamento e os advogados fazem a sustentação oral. Por último, o STF julga o caso.

Os inquéritos podem correr em sigilo? Sim, o ministro pode manter o sigilo de informações como pedidos de busca e apreensão e quebra de sigilo telefônico.

Quem pode denunciar políticos investigados? Só o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A tendência é a abertura de inquéritos em vez de denúncias? Sim, já que a procuradoria está fundamentada apenas no teor das delações premiadas. É preciso investigar mais para oferecer denúncias.

Os políticos têm acesso ao inquérito? Sim. A não ser a provas sigilosas que ainda estão sendo produzidas, como escutas em andamento. Mas eles têm acesso às provas já produzidas.

Os acusados podem ser presos na fase do inquérito? Sim, desde que existam elementos que fundamentem a prisão preventiva. Se for constatado, por exemplo, que o acusado atrapalha o andamento do processo, se há indícios de que vai fugir ou se representa algum risco a alguém.

Por que empresários foram denunciados antes dos políticos? Porque empresários, que não têm foro privilegiado, foram para a 1ª instância, que não tem recesso em janeiro. Já o Supremo, que cuida dos processos de parlamentares, passou mais de um mês em recesso, o que atrasou o andamento das denúncias.

Quanto tempo demora entre oferecer a denúncia e o início do julgamento? Não há um tempo exato. No mensalão, foram cinco anos. Mas criminalistas ouvidos pela reportagem acreditam que não deverá passar de três anos, já que os processos da Lava Jato envolvem menos pessoas do que no caso do mensalão.

GAZETA DO POVO

Ex-assessor de governo é solto após colaborar com a Justiça

O fotógrafo e ex-assessor da Governadoria do Estado do Paraná Marcelo Caramori foi libertado da prisão na noite de terça-feira (3). Caramori estava preso sob a suspeita de estupro de vulnerável. "Ele colaborou com a Justiça, tem colaborado em mais de uma ocasião e, agora, vai desfrutar do direito de responder ao processo em liberdade", disse o advogado do fotógrafo, Leonardo Vianna.

Preso pela primeira vez em 29 de janeiro, Caramori chegou a ser solto em 10 de fevereiro, mas voltou a ser preso dois dias depois por ter "omitido informações".

Questionado, o advogado disse que a defesa não teme que uma nova prisão volte a ocorrer já que, segundo ele, seu cliente estaria colaborando.

"A forma e os detalhes desta colaboração eu não posso revelar neste momento, já que as investigações ocorrem sob sigilo de Justiça. Mas ele [Marcelo Caramori] continua à disposição de esclarecimentos e tem residência fixa em Londrina."

Depoimento

Na última sexta-feira (27), o ex-assessor permaneceu pouco mais de quatro horas na sede do Ministério Público para prestar esclarecimentos. Na ocasião, o advogado Leonardo Vianna chegou a adiantar para a imprensa que a defesa já tentava um acordo com a Justiça.

05 MAR 2015

MAIS PRESOS

Mais um fiscal da Receita Estadual foi preso por envolvimento no esquema de favorecimento à prostituição em Londrina. Orlando Aranda foi detido pelo Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na terça-feira (3). Matheus Vergara, advogado de Aranda, negou o envolvimento do fiscal da Receita no esquema de favorecimento à prostituição. "Ele [Orlando Aranda] é uma pessoa (...) íntegra, pai de família."

"O rei está nu", gritou o secretário

O polêmico secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, esteve nesta quarta-feira na Assembleia Legislativa. Foi apresentar o balanço da gestão de Beto Richa encerrada em dezembro passado. Tire-se o chapéu: trata-se de um homem sincero — desde o governador até aos mais próximos membros da corte palaciana, ele foi até agora o único a afirmar com todas as letras que a insolvência atual do Paraná se deu em razão dos muitos erros cometidos nos últimos quatro anos.

No fundo, o secretário demonstrou conhecer a lição de Abraham Lincoln: "Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo". Beto Richa não conhecia a lição e, passado "todo o tempo", o levantamento do Instituto Paraná Pesquisas fez lembrar outra historinha — a do rei que se deixou enganar pelo alfaiate que não fez o novo traje real, mas "desfilou" com ele. Tudo correu bem até que um menino gritou no meio da multidão: "O rei está nu!"

A sinceridade de Mauro Ricardo certamente se deve à sua vocação nômade, que já o fez girar por várias plagas sem precisar firmar compromissos cegos de lealdade política com ninguém. Não deixa de ser uma vantagem, principalmente para os que estavam em busca da verdade e não a alcançavam. Agora não: o mais estratégico membro da equipe é quem diz que o estado quebrou porque gastava mais do que arrecadava. Foi sua vez de exclamar: "O rei está nu!"

Não significa, porém, que o secretário — por não ser paranaense nem ter ligações com os da terra — seja insensível ao clamor das ruas. Deu-se conta, certamente, que sua afoiteza em "ajustar o cofre na marra" foi o gatilho que fez o prestígio do atual patrão despencar de 65% para 20%. E que tenham sido as medidas drásticas que propôs que encheram o Centro Cívico de raivosos manifestantes. Portanto, deve ter pensado, convém fazer alguns retrocessos para prolongar sua vida útil no esta-

do e manter a fama de bom gestor de finanças.

Ele conseguiu aprovar o pacote de dezembro, que aumentou o IPVA e o ICMS. Mas como isso não seria suficiente, queria também transferir para o caixa do estado os R\$ 8 bilhões da Parana previdência, praticamente extinguindo a instituição que garante aposentadorias e pensões para o funcionalismo. A aprovação dessa medida teria acontecido naquele tratoração dos deputados levados de camburão à Assembleia não fosse a turba que a invadiu.

Nesta quarta-feira, na mesma Assembleia e tendo de se dirigir aos deputados que já não aceitam mais tratorações nem o mau cheiro de camburões, Mauro Ricardo revelou disposição de se render. Agora, está disposto a adotar soluções menos traumáticas do que decretar a morte da Parana previdência — último quesito que ainda mantém viva a greve do professorado.

Segundo informou aos deputados, a questão previdenciária será ainda muito debatida antes de virar projeto a ser enviado à Assembleia para novas discussões e votação. Não deixa de ser um alívio político para o desgastado governo e, principalmente, para quem quer ter garantido o direito à aposentadoria.

CONTINUA

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A alternativa que apresentou como mais viável é voltar três anos no tempo — isto é, mudar a lei que, em 2012, pôs na conta direta do Tesouro estadual a obrigação de arcar com aposentadorias e pensões que lhe consomem atualmente R\$ 4 bilhões por ano — e eis aí, segundo ele, onde está o grande (mas não único) “furo” em que as contas públicas se afundaram. Sua proposta preliminar consiste em devolver à Paranaprevidência os militares e todos os servidores que em 1998 contavam mais de 50 anos.

O criador da Paranaprevidência, Renato Follador, o técnico que mais entende de fundos previdenciários no país, não foi consultado. Aliás, estranhamente, os deputados até se recusaram a ouvi-lo. Mas, para a coluna, ele deu sua opinião: o secretário Mauro Ricardo está “meio” certo. Com essa medida, ele pode dar uma sobrevida de uns 20 anos à instituição, mas não mais do que isso se outras providências não forem tomadas.

E cita o exemplo fatal: o governo precisa se comprometer formalmente a pagar o que deve à Paranaprevidência e a repassar regularmente daqui por diante a contrapartida patronal. Isto é, devolver o sistema ao caminho do qual nunca deveria ter saído.

E mais: concorda com o ex-presidente da instituição Jayme de Azevedo Lima de que deve procurar outros meios de capitalização, dentre os quais o de buscar um saldo calculado em R\$ 2 bilhões em royalties que Itaipu estaria devendo desde que implantou mais duas turbinas. E, então, os servidores poderão dormir sossegados por mais uns 75 anos de equilíbrio previdenciário.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Motoristas rejeitam alta de 7,13% nos salários

Raphael Marchiori, Willian
Bressan e Felipe Vanini,
especial para a Gazeta do Povo

Os motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba e Região Metropolitana rejeitaram a proposta de reajuste salarial feita pelas empresas de ônibus, de 7,13%. O índice equivale à inflação acumulada entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015.

A decisão saiu após três assembleias realizadas durante essa quarta-feira (4), na Praça Rui Barbosa.

O presidente do Sindicato de Motoristas e Cobradores de Ônibus (Sindimoc), Anderson Teixeira, descartou uma nova greve no transporte coletivo. Segundo ele, o momento é de negociação entre as partes.

A negociação entre as 23 empresas do sistema com o sindicato representante dos 12 mil trabalhadores está sendo mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Na semana passada, o presidente do Sindimoc já havia afirmado que a categoria lutaria por, pelo menos, 14,26% de reajuste salarial.

O dissídio da categoria volta a ser discutido nesta quinta-feira (5), às 14 horas, no TRT-PR.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Feminicídio se torna crime hediondo

Estadão Conteúdo

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que define feminicídio como circunstância qualificadora de homicídio. Dessa forma, o assassinato de mulher por condição de sexo passa a entrar na lista de crimes hediondos. O projeto vai para sanção presidencial.

Segundo o texto, considera-se razão de gênero quando o crime envolver violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição da mulher. A punição para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. Já a pena para homicídio simples é de 6 a 20 anos.

O projeto ainda prevê aumento de pena para casos de feminicídio em um terço até a metade se o crime for praticado durante a gravidez ou nos três meses anteriores ao parto; contra menores de 14 anos, maiores de 60 ou vítimas com deficiência; e na presença de pais ou filhos.

A condenação por crime hediondo também prevê o cumprimento da pena inicialmente em regime fechado e a progressão do regime só poderá acontecer após o cumprimento de dois quintos da pena, se o réu for primário.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que de 2001 a 2011 acon-

teceram mais de 50 mil feminicídios no Brasil. O aumento de 2,3 para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres de 1980 a 2010 colocou o Brasil na sétima posição no ranking, conforme justificativa para o projeto feita pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

Em dezembro, o Senado havia aprovado o mesmo texto. À época, a relatora do projeto, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), classificou a aprovação do texto como uma resposta às declarações do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que havia afirmado que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque "ela não merece".

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

STF extingue pena de Genoino pelo mensalão

Por decisão do plenário do Supremo, ex-presidente do PT não vai mais precisar cumprir os três anos e quatro meses de prisão que ainda restavam

Condenado no processo do mensalão por corrupção ativa, o ex-deputado federal e ex-presidente do PT José Genoino recebeu nesta quarta-feira (4) o perdão judicial e não vai mais precisar cumprir os três anos e quatro meses de pena que ainda restavam.

Genoino está livre por força de um decreto baixado em 24 de dezembro pela presidente Dilma Rousseff (PT) concedendo indulto natalino a presos de todo o país que atendessem a determinados critérios. Nesta quarta-feira, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) atestou que o petista preenche os requisitos e efetivou o benefício.

Decisão

A decisão terá validade prática quando for publicada no Diário da Justiça, o que deve ocorrer nos próximos dias. Embora o relator do caso no Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, tivesse prerrogativa para decidir sozinho

o futuro de José Genoino, ele preferiu levar o caso ao plenário, por prudência.

“Como esse foi um julgamento emblemático e é o primeiro caso de extinção de punibilidade, me pareceu bem submeter ao plenário a minha decisão reconhecendo a validade do indulto”, disse Barroso.

Os demais ministros presentes concordaram com o relator. Votaram pela libertação do preso Teori Zavascki, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. Apenas o ministro Luiz Fux não estava presente na sessão.

Penas

Genoino recebeu pena de quatro anos e oito meses, mas teve passagem rápida pelo sistema prisional, em decorrência da legislação penal. Ele foi preso em 15 de novembro de 2013. Logo depois, foi transferido para a prisão domiciliar por problemas de saúde. Em maio do ano passado, voltou para a prisão, onde permaneceu por três meses.

Em agosto, Genoino recebeu autorização de Barroso para cumprir o restante da pena em casa, pois já havia cumprido um sexto da pena total.

Hoje, ele está em uma casa em um condomínio fechado de Brasília. No regime domiciliar, é obrigado a se recolher em casa à noite e nos finais de semana. Agora, poderá circular livremente.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

STF mantém livre suposto mandante da morte de Celso Daniel

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter em liberdade o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, apontado pelo Ministério Público de São Paulo como mandante do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel. Ele já responde a ação penal em liberdade desde 2004, com base em um habeas corpus.

O STF discutia se havia fundamento para decretar prisão preventiva no caso e se o Ministério Público possui competência para realizar a investigação criminal. O caso foi retomado nesta quarta-feira (4) pelo presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que havia pedido vista do processo. Ele votou para conceder parcialmente o habeas corpus, mantendo Sombra em liberdade, mas rejeitando a anulação da denúncia contra o empresário.

Histórico

Em dezembro, a primeira turma do STF decidiu anular parte do processo do caso Celso Daniel a partir dos interrogatórios dos acusados. Com isso, as instruções da ação penal terão de ser refeitas, como depoimentos de testemunhas. Apesar disso, o plenário do STF negou nesta quarta-feira anular a denúncia contra Sombra. Ele continua como réu, portanto, na ação penal que terá diligências refeitas.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Suspeitos podem compor Conselho de Ética, afirma presidente da Câmara Federal

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou nesta quarta-feira (4) não ver dificuldades que deputados com pedido de investigação no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras façam parte do Conselho de Ética da Casa.

O órgão disciplinar é responsável pela avaliação de eventuais pedidos de cassação que sejam feitos por deputados envolvidos no caso da Lava Jato.

Cunha afirmou que eventualmente esse parlamentar apenas não poderá ser relator de processos.

“Eu acho que todos que estão no exercício do mandato nesta Casa são legítimos para exercer qualquer função. Ninguém pode ser considerado sob suspeição. É claro que não vai ser relator sobre esse assunto”, afirmou o presidente da Câmara.

Todos iguais

“Para mim, não vejo nenhuma dificuldade [em um citado compor o conselho]. Quem está aqui é igual a todo mundo. Até estar aqui e ser retirado ou ter sofrido algum tipo de processo com sua pena, ele é igual a todos”, disse.

Os integrantes do conselho seriam escolhidos ainda nesta quarta-feira. O comando será definido na próxima semana.

ADVOGADO DE DEFESA

Cunha quer contratar ex-procurador que fez a denúncia do mensalão

O presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse nesta quarta-feira (4) que deve contratar o ex-procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza para fazer a sua defesa no pedido de inquérito contra ele no âmbito da Operação Lava Jato. Antonio Fernando foi o responsável pela denúncia do processo do mensalão ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 2006. O ex-procurador não foi localizado para falar sobre o assunto.

Cunha não quis adiantar que medida espera de sua defesa. “Devo fazer isso [contratar Antonio Fernando]. Ele é que dirá o que fazer, não eu”, respondeu o presidente da Câmara.

Cunha é uma das 54 pessoas com pedidos de abertura de inquérito feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (STF).

OUTRO PARANAENSE

Caso de André Vargas vai ficar na primeira instância judicial

O ex-deputado paranaense André Vargas (sem partido) não deve aparecer entre os investigados no Supremo Tribunal Federal (STF). Como teve o mandato cassado em dezembro do ano passado, e perdeu o direito a foro privilegiado, o inquérito da Lava Jato que cita seu suposto envolvimento no esquema voltou, na semana passada, à 13ª Vara Federal de Curitiba, aos cuidados do juiz Sérgio Moro. Índícios da participação do ex-deputado no esquema surgiram no ano passado. Vargas é acusado de favorecimento do doleiro Alberto Youssef em negócios com o governo federal. O deputado teria intermediado interesses do laboratório Lavabogen, usado pelo doleiro para lavagem de dinheiro, com o Ministério da Saúde. O elo entre os dois veio à tona com a divulgação de escutas que mostravam que o ex-petista viajou com a família para o Nordeste, de férias, em um avião fretado por Youssef. (KB)

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Um Estado corrupto e inoperante

ARTIGO

PAULO HENRIQUE ROCHA LOURES
DEMCHUK, advogado

O Estado é a maior instituição criminosa do Brasil, o maior ente corruptor, cujas causas e questões interessam somente a si mesmo. A sociedade e os cidadãos não são por ele representados, encontram-se explorados e escravizados por seus bizantinismos medievais e submetidos às suas desonestidades, sejam materiais ou intelectuais.

A presidente Dilma mente diariamente há anos sobre a situação administrativa e econômica do Brasil e usa o poder para se sustentar no comando do Estado. O presidente do Senado, Renan Calheiros, de quem não é necessário fazer muitos comentários, é responsável por fatiar o poder segundo os interesses de ocasião. O ministro Luiz Fux, do STF, em conflito de interesse, inconstitucionalmente deferiu auxílio-moradia aos magistrados, os quais usualmente possuem residência própria. Espera-se tais artifícios de políticos, não de magistrados. O sistema está de tal modo corrompido que não há por que

esperar pela honestidade material ou intelectual proveniente dos atos do Estado.

Um presidente, qualquer que seja, não pode entregar um cargo público a alguém somente por acordo político. Além de isso já ser ilícito, ceder um cargo público por acordo inevitavelmente conduz à sequência de crimes dos quais o dinheiro ilícitamente desviado da Petrobras é mera consequência previsível. Fatiado o bolo, não há um único motivo para crer que uma empresa pública não se torne fonte de corrupção.

O que o Estado faz por meio da PF e do MPF é combater a si mesmo. Para que a Polícia Federal justifique sua existência e seu tamanho, é necessário que o Estado seja interventor e corrupto. Um alimenta o outro. Em crise palaciana, uma pequena parcela do Judiciário (que também tem seus problemas, e são muitos) move-se contra os esquemas políticos. Veremos até quando – afinal, um Sérgio Moro não faz verão. Por mais que um punhado de indivíduos capacitados e honestos estejam empenhados em prender corruptos e estancar os males daí provenientes, a corrupção não cessará, pois esse é um problema sistêmico. O Estado brasileiro é sistemicamente corrupto, sedento de poder e burocraticamente inoperante. Isso tudo a fim de manter seus privilégios.

Todo grande movimento corruptor tem sua origem no Estado. Há quase 20 anos Paulo Francis denunciou a corrupção dentro da Petrobras e a conta disso foi um processo nos EUA. É público e notório que as contratações feitas pela Petrobras, com envolvimento político, estavam prenhes de corrupção e distribuição indevida de dinheiro. Caso a Petrobras fosse empresa privada, não veríamos o noticiário político/policial como se vissemos as cenas dos próximos capítulos.

Por causa da inoperante burocracia jurídica bizantina criada pelo Estado, dificilmente o cidadão consegue enriquecer e/ou se tornar produtivo. Para todo e qualquer lado há um procedimento medieval a ser superado, criado pela mente fértil de um ignóbil burocrata, do mais alto ao mais baixo escalão. Esses muros burocráticos são fonte de impedimento de produção e geração de riqueza – bem por isso, são fonte de pobreza, da servidão e da subserviência.

A ética do Estado é a da improdutividade, é da dependência de seus bizantinismos jurídicos, da sua burocracia paralisante, da sua gestão irresponsável que só nos toma tempo. O Estado cria propositadamente procedimentos que inviabilizam a atividade privada em que somente os mais determinados, somente os mais tenazes, somente os mais inteligentes sobrevivem nesse ambiente contraprodutivo. O Estado opõe-se aos interesses da sociedade e do cidadão, livre, autônomo e independente.

05 MAR 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Foro privilegiado

O que precisa acabar nesse país é o tal do foro privilegiado e outros benefícios judiciais para os políticos. O mínimo que a população merece é transparência para entender, realmente, quem são eles, já que somos obrigados a votar.

Airton Kraismann

Férias atrasadas

São insaciáveis os conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná. Após aprovarem o indecoroso auxílio-moradia para eles, os auditores e procuradores – inclusive para aqueles que possuem casas em Curitiba – agora conseguiram o pagamento das férias não gozadas, o que considero outro absurdo. Em qualquer entidade, seja pública ou privada, o chefe que permite o acúmulo de férias não tiradas por seus subordinados é punido por sua negligência. Mas no TCE funciona diferente, já que os próprios presidentes – que deveriam controlar a concessão de férias –, não o fazem e recebem essa benesse.

Antônio Dilson Pereira

Auxílio-moradia

OTJ pediu à associação que representa os juízes do Paraná para desistirem somente do "retroativo" do auxílio-moradia? Se tivessem respeito pela sociedade – em especial, pelos trabalhadores que batalham dia-a-dia para conquistar uma vida digna –, eles renunciariam a essa regalia.

Márcio Anacleto

Auxílios

Até as palavras não têm mais sentido: auxílio-moradia para quem já ganha uma fortuna e tem uma casa. É uma vergonha as regalias a que esses políticos têm direito. Que bom se fosse apenas o bolsa-esposa. Eles já recebem o auxílio-paletó, vale-combustível, e ainda há uma frota de carros à disposição. E para a maioria da população o que há? Apenas aumentos e impostos.

Joselino Schindwein Junior

Auxílios

"Infelizmente, os inúmeros auxílios que agentes públicos eleitos ou não recebem no Brasil não são ilegais. Que são imorais, porém, não há dúvida. Deveriam se espelhar em Mujica ou políticos da Suécia, por exemplo."

Ricardo Bezerra Bart, via Facebook, sobre a matéria "TJ quer que juízes desistam de auxílio-moradia retroativo".

05 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ DE VOLTA ÀS AULAS?

Professores matém greve. Justiça ordena volta ao trabalho. Pais devem verificar escolas

Giselle Ulbrich
giselleu@tribunadoparana.com.br

Quem tem filhos matriculados na rede estadual de ensino deve procurar as escolas entre hoje e amanhã, para saber quando começam as aulas. O governo do Estado conseguiu ontem uma liminar que termina que professores e funcionários interrompam a greve e voltem imediatamente ao trabalho. Se a ordem for descumprida, a liminar prevê uma multa diária de R\$ 20 mil à APP-Sindicato, que representa a categoria.

A decisão foi proferida pelo desembargador Luiz Mateus de Lima no mesmo dia em que cerca de 20 mil professores, reunidos em assembleia no estádio da Vila Capanema, em Curitiba, votaram pela continuidade da greve, que entra hoje em seu 26.º dia. Eles não aceitaram as promessas feitas pelo governo e querem ver as medidas colocadas em prática antes de encerrar a paralisação.

“Nada foi colocado no papel, assinado, publicado em Diário Oficial. O governo ainda não cumpriu nem os compromissos firmados na greve passada. Por isso, a categoria tem desconfiança total com o governo e só volta

às aulas quando todas as reivindicações estiverem em funcionamento”, afirma Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato.

Marlei diz que entre os compromissos firmados e não cumpridos até ontem estão o redimensionamento de turmas (algumas estão com quantidade de alunos superior ao permitido), a redistribuição de aulas, não houve novas contratações e nomeações, não aconteceu o depósito das parcelas do fundo rotativo devidas pelo governo, nem o pagamento dos salários e benefícios atrasados.

O secretário de educação, Fernando Xavier, diz que as afirmações do sindicato não são verdadeiras. Ele afirma que a quantidade de alunos por sala de aula segue as resoluções vigentes e que o excesso de alunos em algumas turmas são exceções estudadas pelos Núcleos de Educação. Ele afirma que 5.522 professores chamados em concurso estão aptos a iniciar as atividades. Depois desta contratação, a Secretaria de Educação entendeu que deveria chamar mais 1.019 profissionais, cujas nomeações devem ter o decreto assinado até amanhã.

Escolas não estão prontas

Apesar da decisão judicial, nem todas as escolas do Paraná estão prontas pra receber os alunos hoje. A APP afirma que, depois que for notificado da liminar - o que não aconteceu até as 19h30 de ontem - tem prazo de 24 horas para informar toda a categoria. Porém a liminar não é garantia de que os professores voltem às aulas entre hoje e amanhã, já que o sindicato pretende analisar o conteúdo do documento, para depois decidir se mantém ou interrompe a greve. A liminar emitida ontem determina o retorno imediato de todos os professores e funcionários às atividades. Além da multa, a Justiça também autorizou o uso de força policial, se necessário, para que as aulas voltem ao normal. O movimento grevista está proibido de impedir a entrada de professores e funcionários nas escolas. (GU)

05 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina fim da greve no PR

Julio Cesar Lima

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

O desembargador Luiz Mateus de Lima determinou, ontem o retorno imediato das aulas nas escolas estaduais do Paraná, com a ameaça de multa diária de R\$ 20 mil caso a determinação não seja cumprida. Horas antes, 20 mil professores decidiram, em assembleia, continuar a paralisação da categoria, que já dura 24 dias e atinge 950 mil alunos da rede estadual.

O desembargador também proíbe os grevistas de “vedarem e limitarem os acessos às dependências de quaisquer órgãos públicos estaduais ou de impedirem outros servidores de trabalhar regularmente” e “autoriza-se o uso de força policial, caso necessário”.

Pela manhã, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná (APP-Sindicato) havia comandado a assembleia que deliberou pela continuidade da greve. Logo em seguida, os professores iniciaram uma caminhada em direção ao Palácio Iguazu, sede do governo do Estado.

Segundo o presidente do sindicato, Hermes Leão, há a possibilidade de uma nova reunião com o governo estadual nos próximos dias. “Queremos antes disso (*assembleia*) uma mesa de conciliação para avançarmos e em uma próxima assembleia decidirmos pelo movimento”, afirmou.

Pauta. Por meio de nota, o governo do Estado do Paraná lamentou a continuidade do movimento e disse que entrará novamente com pedido de ilegalidade e abusividade da greve. A medida foi usada anteriormente, mas o pedido foi negado pela Justiça.

Também alegou que já cumpriu alguns itens da pauta, como o pagamento de hora-atividades, melhorias do transporte e na merenda, além de reajuste salarial.

Já os educadores alegam que os pontos divergentes não foram resolvidos, como o pagamento do 1/3 de férias, que está programado pelo governo até dia 31 deste mês, enquanto o sindicato quer pagamento imediato, e a nomeação imediata de 1.460 profissionais da educação antes do ano letivo – o governo estadual quer que isso aconteça entre maio e junho.

05 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

As audiências de custódia

O Tribunal de Justiça de São Paulo implantou em caráter experimental, no Fórum Criminal da Barra Funda, um projeto que obriga os distritos policiais da capital a apresentar os presos em flagrante a um juiz, para a realização de uma audiência de custódia, no prazo máximo de 24 horas.

No primeiro dia da experiência, realizada com presos encaminhados por duas delegacias seccionais, foram promovidas 25 audiências, que resultaram na liberação de 17 pessoas. O Tribunal destacou 10 juizes do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária para participar da experiência e a Defensoria Pública estadual indicou 7 defensores. Se tudo der certo, a Corregedoria-Geral de Justiça pretende implantar a audiência de custódia em caráter definitivo em todo o Estado.

O objetivo da audiência de custódia é analisar a legalidade das prisões em flagrante. Na audiência, o juiz decidirá se é necessário converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, se a prisão pode ser relaxada ou se o preso pode ser libertado provisoriamente, com ou sem a imposição de medidas cautelares, depois de entrevistá-lo, de analisar a folha de antecedentes e de ouvir as alegações de seu advogado - ou de um defensor público - e as manifestações da promotoria. O juiz poderá verificar se houve

abusos durante a prisão em flagrante e se o autuado foi submetido a maus-tratos e a tortura nas horas em que ficou encarcerado. Poderá, ainda, requisitar exame clínico e de corpo de delito e, quando for o caso, determinar encaminhamento assistencial.

Recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça, apoiada pelas Defensorias Públicas estaduais, pela Defensoria Pública da União e pelo Departamento Penitenciário Nacional e prevista por pactos, convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário há mais de duas décadas, essa medida é um importante avanço em matéria de respeito aos direitos humanos.

Atualmente, as pessoas presas em flagrante chegam a ficar meses detidas em carcergens policiais, cadeiões e centros de detenção provisória, sem serem levadas à presença de um magistrado. No cotidiano dos fóruns criminais de todo o País, a maioria dos juizes tem contato com os presos somente por meio dos autos do processo. Em vários países europeus, as audiências de custódia são chamadas de "juizados de garantias".

O projeto-piloto do Tribunal de Justiça de São Paulo esbarra, no entanto, em resistências de delegados e de promotores públicos. Em nome da primeira corporação, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribu-

nal Federal alegando que a iniciativa da Corte envolve direito processual penal - matéria que é de alçada federal e que só pode ser alterada pelo Congresso Nacional. A entidade também afirma que, ao impor regras e prazos para que autoridades policiais apresentem presos a juizes criminais, a experiência da Corregedoria-Geral de Justiça violaria o princípio da independência dos Poderes. Em outras palavras, como os delegados integram o Executivo, o Judiciário não poderia interferir em suas competências e atribuições.

Já o Ministério Público de São Paulo, cujo chefe não assinou o termo de cooperação entre o Judiciário e o Executivo para a realização da experiência e também não compareceu à solenidade de lançamento do projeto-piloto, não quer deslocar promotores para as audiências de custódia. O órgão entende que, ao permitir que o juiz ouça as manifestações dos advogados de defesa e dos promotores, a audiência de custódia converteria uma etapa pré-processual em etapa de prova. Os promotores também alegam que, independentemente das determinações estabelecidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, a polícia já é obrigada a informar prisões em flagrante em 24 horas.

Ao resistir a essa iniciativa da Justiça, as agremiações de delegados e de promotores estão colocando seus interesses políticos e corporativos à frente dos direitos fundamentais.

05 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo extingue pena de Genoino no mensalão

Ex-presidente do PT condenado por corrupção é beneficiado por indulto após ter cumprido parte da pena; apesar de livre, ele não pode se candidatar

Talita Fernandes

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal aprovaram ontem por unanimidade a extinção da pena imposta ao ex-presidente do PT José Genoino no julgamento do mensalão. Ele foi beneficiado pelo indulto natalino, previsto em decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado. Genoino é o primeiro dos réus condenados no processo do mensalão a se livrar da pena.

O ex-presidente do PT foi condenado pelos ministros do Supremo, em 2012, a 4 anos e 8 meses de prisão por corrupção ativa e passou a cumprir a pena em novembro de 2013. No final do ano passado, o ex-parlamentar conquistou a progressão de pena e passou para o regime aberto. Atualmente, ele está em prisão domiciliar. Apesar de não ter nenhuma restrição de liberdade e não responder mais a pena, Genoino continua impedido de se candidatar a cargo político por oito anos, por se enquadrar na Lei da Ficha Limpa.

Regras. O decreto presidencial de 24 de dezembro do ano passado, praxe no período de Natal, concedeu o perdão para todos aqueles que tiverem pena privativa de liberdade inferior a 8 anos e que tenham cumprido um terço da pena para o caso de presos não reincidentes.

Até 25 de dezembro, quando começou a valer o decreto presidencial, o ex-deputado havia cumprido um ano, um mês e dez dias da pena, período que foi estendido pelo fato de o réu ter conseguido reduzir 34 dias da punição, alcançando com isso o período mínimo necessário para pedir o benefício, de um ano, dois meses e 14 dias.

Com a extinção da punibilidade, que passa a valer imediatamente após a aprovação do Plenário do Supremo, Genoino não é mais um condenado e, portanto, não tem nenhum tipo de restrição. Enquanto cumpria pena em regime aberto, o ex-deputado não podia, por exemplo, se ausentar de casa entre 22h e 5h, consumir bebida alcoólica e estar na companhia de outros condenados.

O relator das execuções penais do mensalão no STF, ministro Luís Roberto Barroso, seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República para conceder o benefício a Genoino.

Todos os ministros acompanharam o voto de Barroso. “O senhor procurador-geral da República entendeu que a hipótese era de incidência do indulto, pois se ajustava aos requisitos objetivos e subjetivos”, disse Barroso, ao proferir seu voto.

“Como esse foi um julgamento emblemático e essa é a primeira situação de extinção de punibilidade (*no mensalão*), me pareceu por bem dar ciência formal ao plenário e submeter ao plenário minha decisão”, completou o ministro, que preferiu levar o pedido para julgamento do plenário em vez de decidir monocraticamente.

Atualmente, um ano e quase quatro meses depois das primeiras prisões, o núcleo político envolvido no esquema de corrupção está fora da cadeia, cumprindo o restante da pena em regime aberto. O último a conquistar o benefício foi o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP), que foi liberado na última semana a cumprir o restante da pena em casa, após passar por audiência na Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (Vepema). Também já foram autorizados a mudar de

regime o ex-ministro José Dirceu, o ex-deputado José Genoino (PT), o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, Valdemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues e Pedro Corrêa (PP-PE) e o ex-tesoureiro do extinto PL Jacinto Lamas.

CONTINUA

05 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

Da prisão à liberdade

Novembro de 2012

Condenação

Ex-presidente do PT é condenado a 6 anos e 11 meses pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa. A pena posteriormente caiu para 4 anos e 8 meses após entrar com recurso e ser absolvido do crime de quadrilha.

Novembro de 2013

Prisão

Genoino se entrega na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. É transferido dias depois ao Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, onde passa a cumprir a pena em regime semiaberto. O petista passa a ter direito a trabalhar durante o dia, mas com retorno à noite para a prisão.

Dezembro de 2013

Renúncia

Para evitar uma possível cassação, Genoino renuncia ao cargo de deputado federal.

Janeiro de 2014

Em casa

Com problemas cardíacos e após passar mal no presídio, Genoino passa a cumprir pena domiciliar provisória, em casa alugada, em Brasília.

Maio de 2014

Retorno à Papuda

Genoino retorna à Papuda por determinação do relator do mensalão no Supremo, Joaquim Barbosa, que, em sua decisão afirma que nova perícia médica "indica, claramente, a ausência de doença grave que constitua impedimento para o cumprimento de pena no regime semiaberto".

Agosto de 2014

Progressão

O ministro do Supremo Luís Roberto Barroso autoriza o ex-deputado a mudar do regime semiaberto para o aberto. Como no Distrito Federal não há estabelecimento de regime aberto, a chamada casa de albergado, todos os condenados no regime são autorizados a cumprir punição em casa, em prisão domiciliar.

Outubro

Livre

Supremo concede perdão de pena a Genoino.

05 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Cafezinho

José Renato Nalini, presidente do TJ-SP, saiu satisfeito de reunião, ontem, com Luis Inácio Adams, da AGU.

Fonte garante à coluna que não falaram de petrolão.

05 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PR: Professores decidem manter a greve geral

Governo diz que atendeu reivindicações da categoria

Mais de 20 mil educadores participaram da assembleia estadual promovida pela APP-Sindicato, ontem no Estádio Durival Britto e Silva, em Curitiba. Eles decidiram manter a greve da Educação por tempo indeterminado.

O presidente da APP, professor Hermes Leão, apresentou para apreciação da categoria as deliberações do Comando Ampliado de Greve, em reunião realizada na terça-feira (03). O primeiro item votado foi a continuação, ou não, da paralisação. O item foi aprovado, seguindo a definição – também unânime – do Comando. Segundo Hermes, a grandiosidade da assembleia dá respaldo a decisão de continuar com a greve. “Além de considerarmos insuficientes as respostas que o governo do Estado deu aos nossos itens de pauta, também consideramos as conversas que tivemos, com o conjunto de diretores de escolas, que nos apresentaram a incapacidade das escolas de receber os alunos neste momento”, enfatizou.

Após o encerramento da assembleia, os educadores saíram em caminhada até a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O ato, além de chamar a atenção da sociedade para a mobilização, também teve como objetivo levar a categoria para acompanhar, durante a tarde de ontem, no Plenário, a aprovação da resolução que acaba com famigerada Comissão

Geral na Casa Legislativa. De acordo com Hermes Leão, esta foi outra vitória da categoria, especialmente após a ocupação da Alep no dia 10 de fevereiro e com o grande ato, realizado no dia 12 de fevereiro, que interrompeu a sessão que ocorreria no restaurante da Assembleia. “A nossa luta já mudou a conjuntura do Estado”, avalia Leão.

POSIÇÃO DO GOVERNO

O Governo do Estado do Paraná lamenta a decisão tomada pela assembleia da APP-Sindicato ontem, de estender a paralisação de professores e funcionários. O Governo esclarece que atendeu toda a pauta de reivindicações apresentada pela APP durante as negociações.

Além disso, tem feito um grande esforço para regularizar pendências com os servidores e garantir benefícios, como o reajuste acumulado de 60% nos salários nos últimos quatro anos, a implantação da hora-atividade de 33% para todos os professores, a melhoria da qualidade da merenda escolar, a ampliação de investimentos no transporte escolar e o incremento do fundo rotativo das escolas.

O Governo espera que os professores e servidores da Educação reavaliem a decisão e retornem às salas de aula o mais breve possível, para que os estudantes e suas famílias não sejam ainda mais prejudicados por uma paralisação que não tem mais justificativas.

COMPROMISSOS

Veja a seguir os compromissos assumidos pelo Governo do Estado na negociação feita com os professores e funcionários, por meio da APP-Sindicato, para o encerramento da greve:

PROJETOS DE LEI

O Governo comprometeu-se a não apresentar qualquer projeto de lei que suprima direitos dos servidores públicos e, em particular, dos educadores. Os projetos que estavam tramitando na Assembleia Legislativa foram retirados no dia 12 de fevereiro.

PARANÁ PREVIDÊNCIA

Permanece como está. Durante este mês de março, o Governo promoverá um amplo debate, com a participação do Fórum de Servidores Públicos, da APP-Sindicato e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Após esgotado o processo de análise, inclusive com a participação do representantes dos poderes Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas e do Ministério Público do Paraná, a melhor proposta será encaminhada à Assembleia Legislativa. Desde já, está descartada a hipótese de extinção do Fundo de Previdência da Paraná Previdência, e os recursos do Fundo Previdenciário serão utilizados exclusivamente para o pagamento de aposentadorias e pensões.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PROFESSORES PSS

Todos os salários e verbas rescisórias foram pagos no dia 24 de fevereiro.

TERÇO DE FÉRIAS

O pagamento do adicional de férias dos professores da educação básica e das universidades estaduais, referente a janeiro de 2015, será feito no dia 31 de março.

ALIMENTAÇÃO

O pagamento para os agentes educacionais foi realizado nos dias 9 e 13 de fevereiro.

PORTE DAS ESCOLAS

A revisão do porte das escolas foi concluída no dia 2 de março, utilizando como critério os parâmetros em vigor em dezembro de 2014, considerando o número de matrículas de 2015.

PROJETOS

Todos os projetos, entre eles as Salas de Apoio, o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), o Treinamento Desportivo, o Mais Educação e o Hora Treinamento, estão autorizadas em sua totalidade.

MATRÍCULAS

A Secretaria da Educação está cumprindo integralmente a Resolução 4.527/2011, que trata dos procedimentos e análises para a autorização de turmas.

CONCURSADOS

A Secretaria da Educação já concluiu a maior parte das nomeações dos 5.985 professores aprovados no último concurso. São 4.503 professores já contratados, 1.019 pedagogos cujos processos de nomeação estão sendo concluídos nesta semana e 463 professores que também terão suas nomeações efetivadas nas próximas semanas.

ORDEM DE SERVIÇO

O Governo já abriu as inscrições para as Ordens de Serviço dos novos professores nomeados, de acordo com os critérios estabelecidos em Instrução Normativa.

FUNDO ROTATIVO

Serão pagas duas cotas extras do Fundo Rotativo, como forma de compensação pelos valores não repassados no exercício de 2014, cada uma no valor de R\$ 4 milhões. Os recursos serão liberados de acordo com a demanda.

APAES

O Governo pagou no dia 2 de março R\$ 9 milhões de parcelas pendentes de convênios com as APAES e demais entidades.

PDE

O programa será retomado no segundo semestre de 2015. Todas as providências para a regularização das bolsas para estudantes e professores do PDE 2013 e 2014 serão adotadas a partir de maio, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

LICENÇAS ESPECIAIS

A atual resolução que suspende temporariamente a concessão de licenças especiais terá validade até o mês de julho de 2015.

LIBERAÇÃO

Foram autorizados os pedidos de prorrogação e também os novos pedidos, desde que atendida a regulamentação que será expedida posteriormente.

DISTRIBUIÇÃO DE AULAS

A Secretaria da Educação garantirá, através de ajustes, a adequação da atribuição de aulas, em caso de alterações de demandas, permitindo que neste momento os professores possam alterar as aulas e que seja atribuída carga horária menor do que 26 aulas aos professores sob contrato temporário (PSS).

PROMOÇÕES

O Governo implantará as progressões e promoções pendentes no mês de maio para os funcionários e no mês de junho para os professores. Quanto ao pagamento do passivo, o cronograma será definido a partir do mês de maio.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rede de
atendimento à
mulher ainda
é desafio
para combate
à violência
doméstica

05 MAR 2015

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) apontou que a efetividade da Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006, não se deu de maneira uniforme no país, por causa dos diferentes graus de implantação dos serviços de proteção às vítimas de violência doméstica. O estudo A Institucionalização das Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Brasil mostrou que em apenas 10% dos municípios brasileiros foram instalados organismos de políticas para as mulheres, previstos no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Segundo o levantamento, o país tem 77 casas de abrigo em 70 municípios e 214 centros especializados da mulher em 191 cidades, sendo a maioria localizados nas regiões Sudeste e Nordeste. O estudo apontou que existem 470 delegacias especializadas de Atendimento à Mulher e núcleos de atendimento em delegacias comuns, com maior concentração no Sudeste e no Sul. As instituições do sistema de Justiça especializadas no atendimento e processamento das ações das mulheres em situação de violência estão presentes em cerca de 1% dos municípios brasileiros.

Para a secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, a ampliação da rede de atendimento é um desafio, porque, na maioria das vezes, segundo ela, a vontade política é menor do que a necessidade.

05 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cartório promove casamento coletivo em Pinhais

O dia 14 de março será especial para 96 casais residentes na cidade de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (RMC). Eles se inscreveram para participar do casamento coletivo que será realizado no município nessa data. O evento começará às 19 horas no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe) da Secretaria de Educação e faz parte das comemorações pelo aniversário de 23 anos da cidade.

A cerimônia de Pinhais conta com o apoio da prefeitura da cidade, Poder Judiciário, Sesc Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR). Todos os casais residem na cidade, são de diferentes faixas etárias e nenhum deles terá que desembolsar nada para participar da cerimônia. "O casamento coletivo visa dar oportunidade a todas as pessoas que não podem arcar com os custos, é um evento gratuito e um momento de realização para todos os casais" conta Karen Lúcia Cordeiro Andersen,

oficial do Cartório de Registro Civil de Pinhais.

A cerimônia será realizada pela desembargadora Joeci Camargo, a juíza de paz presente e o prefeito de Pinhais também devem comparecer para prestigiar esse dia especial. A iniciativa é uma demonstração da preocupação dos cartórios em cumprir o seu papel social e apoiar a população. Muitos desses casais aguardam há anos pela oportunidade de casar oficialmente.

O casamento civil é um tipo de união civil em que o Estado concede direitos e impõe obrigações ao casal. A oficialização da união tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo. "É bom ressaltar a importância do registro civil e o papel dos cartórios na prestação do serviço e no cumprimento de sua função social", explica Karen.

A cidade de Pinhais completa 23 anos no dia 20 de março e a

celebração de casamentos comunitários já é tradição dentro das comemorações, o evento está inserido no programa Justiça no Bairro que busca levar serviços jurídicos mais diretamente aos bairros, conduzindo o poder judiciário até a população mais carente. Desde 2009 foram realizados mais de 600 casamentos em Pinhais.

O programa atende também outras cidades da RMC e também a capital Curitiba. Em dezembro, realizou o casamento de 800 casais na Arena da Baixada, nesse evento foram atendidos os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

Para os casais que há tempos sonhavam com a formalização da união, o dia não deve decepcionar. São esperados líderes religiosos, música e um clima de festa para que os noivos possam compartilhar em conjunto esse momento especial.

05 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

A lista de Janot

Pedido de abertura de inquéritos no Supremo representa apenas o fim da primeira etapa de uma longa jornada no Judiciário

Em uma iniciativa cercada de muita expectativa, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de 28 inquéritos para investigar 54 nomes mencionados no âmbito da Operação Lava Jato. Referem-se a pessoas suspeitas de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras.

Nem por isso se desfez, ao menos não completamente, a ansiedade em torno da lista de Janot. É que ainda não se tornaram conhecidos todos os políticos afetados pela medida, o que deve ocorrer nos próximos dias. Não se sabe ao certo, aliás, nem mesmo quantos desse grupo são congressistas e quantos não ocupam cargos públicos.

Além disso, a relação por ora traz apenas casos relacionados a autoridades que, por força da Constituição, precisam ser processadas no STF, como deputados e senadores. Eventuais investigações sobre governadores, por sua vez, requerem aval do Superior Tribunal de Justiça, mas Janot ainda não formalizou pedidos nessa corte.

Quando essas dúvidas iniciais estiverem resolvidas, restará por responder a uma questão muito mais relevante: entre todos os citados, quais serão considerados culpados pela Justiça?

A pergunta, basilar em qualquer ação penal, será esclarecida somente depois de percorrido um

longo e necessário caminho.

Tudo o que o procurador-geral por ora fez foi sugerir investigações aprofundadas acerca de determinadas pessoas. No STF, caberá ao ministro Teori Zavascki dizer se há indícios suficientes para tanto. Após essa fase, Janot decidirá se apresenta denúncias que, uma vez aceitas pela Justiça, representarão a abertura de processos criminais.

Investigados ou acusados, pouco importa, os citados na Lava Jato não poderão ser considerados culpados antes que o Judiciário assim o decida. Qualquer prejulgamento, além de violar os direitos ao contraditório e à ampla defesa, apenas contribuiria para desmoralizar instituições que têm dado seguidos sinais de amadurecimento.

Marco na história do país, o julgamento do mensalão foi também laboratório para a nova fase que se inaugurava. Com a experiência dos últimos anos, a Procuradoria-Geral da República e o próprio STF aprenderam a evitar armadilhas que retardam o ritmo judicial.

O Supremo, por exemplo, não analisará os casos no plenário da corte, mas em uma turma composta de cinco ministros; Rodrigo Janot, por seu turno, não reunirá todos os processos, mas os dividirá em inúmeras peças. São iniciativas que, tudo leva a crer, contribuirão para dar à Justiça a agilidade que a sociedade demanda.

Da teoria à prática, entretanto, sempre há uma distância que precisa ser preenchida por ações concretas. A imagem do julgamento que mal começa será tanto melhor quanto mais rápidos e transparentes forem seus primeiros passos.

05 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Impeachment, oportunidade de resgate

SERGIO FERRAZ

Antes do enfrentamento do tema, duas desmitificações:

1) impeachment não é golpe, e jurista que pede sua aplicação não é plantonista de soluções antidemocráticas. O impeachment é instrumento expressamente previsto na Constituição (art. 52, I e II), cabível quando certas autoridades —entre elas o Presidente da República— cometem crime de responsabilidade;

2) mídia não é sinônimo de oposição; quem as iguala não faz mais do que expressar a convicção de que se deva adotar o controle da imprensa (e o amordaçamento da liberdade).

Há, sim, condições jurídicas amplas para deflagrar o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A denúncia de um presidente por crime de responsabilidade é iniciativa do cidadão (lei nº 1.079/50). Deve a denúncia ser acompanhada de documentos que constituam início de prova ou indício de prática criminosa. A denúncia não tem de carrear prova definitiva; há, no processo, fase probatória para esse fim.

No plano material, a configuração dos crimes de responsabilidade repousa no artigo 85 da Constituição. Mas se complementa com a tipificação consagrada na lei nº 8.492/92 —a qual diz claramente que se comete ato de improbidade administrativa não só por ação mas também por omissão (art. 10, dentre outros)— e na Lei Anticorrupção.

Partindo apenas das declarações à imprensa da presidente, teríamos que ela atentou contra a probidade administrativa por omissão

Se tomássemos como elemento de prova apenas as declarações à imprensa da presidente, teríamos que, ao menos por omissão —grave e repetitiva—, atentou ela contra a probidade administrativa e a integridade do patrimônio público.

A presidente já ocupou cargo na administração superior da Petrobras (votou, por exemplo, em favor da ruínoza aquisição da refinaria de Pasadena), foi ministra de Estado em áreas a que afeta a petrolífera (e seu sistema empresarial), designou executivos hoje comprovadamente larâpios da grande empresa; nomeou uma presidente para a empresa que não coibiu o desastre.

E, enquanto o erário sangrava e a Petrobras perdia valor, nada se fez, até que, afinal, tudo explodiu nos noticiários e no Congresso.

Em suma, conquanto tenha talvez faltado ao Ministério Público vontade política para apontar o dedo à presidente, saem seu partido e ela seriamente atingidos do mero relato das falcatruas apuradas.

O que temos em mãos não são artifícios oposicionistas: as denúncias

apresentadas confirmam que dinheiro público foi sistematicamente utilizado para subornos milionários. A isso não se pode responder com o silêncio ou com a evasiva.

Não temos dúvida em afirmar que jamais houve na história do presidencialismo brasileiro, nem mesmo na época do mensalão, tanta imoralidade e deterioração. E de nada adianta a presidente dizer que a corrupção da Petrobras começou ao tempo do presidente Fernando Henrique Cardoso —assim fosse, era dever ainda maior dos posteriores presidentes, ela incluída, bloquear desmandos, corrigir, punir e mostrar decisão. Nada disso se fez até aqui.

Note-se: o que se condena é a omissão repetida por anos a fio, permitindo o advento da catástrofe.

Vive o Brasil um momento crítico, em que a credibilidade nas instituições públicas baixou a patamares jamais entrevistos. A falta de decoro desgasta instituições e alimenta sementes do autoritarismo. A isso soma-se o fantasma da impunidade. Perdeu o país a compostura?

A recuperação da compostura é o que nos deve animar. Daí a rejeição da inviabilidade da iniciativa de impeachment. A nosso ver, o Brasil merece essa oportunidade de resgate.

SERGIO FERRAZ, 78, advogado, é membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas

05 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

STF extingue pena de Genoino no mensalão

Condenado a quatro anos e oito meses pelo Supremo,

ex-presidente do PT é beneficiado por indulto da Presidência

Petista fica livre, mas continua impedido de ocupar cargos públicos e voltar a disputar eleições por oito anos

O plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, extinguiu a pena do ex-presidente do PT, José Genoino, condenado a quatro anos e oito meses de prisão devido ao processo do mensalão.

A partir de agora, Genoino — que já progredira de regime e estava em prisão domiciliar desde agosto passado — é um homem livre e não tem mais pendências com a Justiça. Ele poderá dormir fora de casa, votar, frequentar bares e não precisará mais comparecer periodicamente à Justiça.

Apesar da extinção da pena, o ex-presidente do PT não poderá, no entanto, disputar cargos públicos. De acordo com a Lei da Ficha Limpa, ele ainda precisa cumprir um intervalo de oito anos até ser liberado para eleições.

A extinção da pena de Genoino foi possível devido ao chamado indulto natalino, que todos os anos é editado pela Presidência da República. Ele beneficia réus primários, condenados a penas baixas e que já tenham cumprido parte de sua pena.

No ano passado, o indulto natalino repetiu as regras do de 2013, nas quais Genoino se enquadrava. Em razão disso, seus advogados pediram ao STF a extinção de sua pena.

Em fevereiro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já havia se posicionado favoravelmente à extinção. Nesta quarta (4), o relator dos processos do mensalão no STF, Luís Roberto Barroso, levou o caso a plenário.

Após seu voto favorável à extinção, os demais ministros o acompanharam, e a pena foi extinta por unanimidade.

A maior parte dos condenados do núcleo político do mensalão já está fora dos presídios. O ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e os ex-deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues (PR-RJ) e Pedro Henry (PP-MT), por exemplo, cumprem pena no regime aberto, em suas casas.

O último a receber o benefício foi o ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP), que foi liberado para cumprir pena em casa no último dia 24.

Eles não podem obter o perdão agora porque foram condenados a penas maiores que a de Genoino. Se as regras forem as mesmas, poderão pedir a extinção de suas penas no fim do ano. (SEVERINO MOTTA)

05 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Novo presidente da CCJ é acusado de agredir sua ex

Arthur Lira (PP-AL) nega acusação; acordo feito por Eduardo Cunha viabilizou nome

A principal comissão da Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça, elegeu nesta quarta (4) como presidente o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), que responde a processo no Supremo Tribunal Federal sob acusação de ter agredido sua ex-mulher.

Lira ainda é alvo de inquérito no STF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Candidato único, ele foi eleito com 47 votos favoráveis. A votação, sigilosa, teve 12 votos em branco, o que mostra resistência ao nome do pepista. Segundo deputados, o movimento foi motivado pelo fato de o PP ser apontado como uma das siglas envolvidas em corrupção na Petrobras.

Lira foi viabilizado por acordo do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), enquanto era candidato ao cargo. Para obter apoio do PP, Cunha cedeu a CCJ, que decide se um projeto é constitucional ou não —normalmente controlada por PMDB e PT, as maiores bancadas.

Questionado após ter sido eleito à CCJ, Lira se defendeu dizendo que a vítima voltou atrás da acusação. “Houve uma negação do que foi dito por quatro vezes, em diversas fases do processo. E o Ministério Público seguiu em frente mesmo com isso”, disse.

(AGUIRRE TALENTO E MÁRCIO FALCÃO)

PAINEL

Fiel O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki sinalizou que vai seguir à risca os pedidos de abertura de inquérito e arquivamento contra políticos feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Governistas barram convocação de criador do Paraná Previdência

A bancada governista na Assembleia barrou a tentativa da oposição de convocar o idealizador da Paraná Previdência, Renato Follador, para explicar o impacto das mudanças que o governo estadual pretende realizar nas regras de concessão e destinação do fundo dos servidores públicos estaduais. O requerimento, de autoria do deputado Anibelli Neto (PMDB), recebeu 21 votos contrários e 15 favoráveis.

“Não sabemos o que o governo tem a esconder. Precisamos de uma pessoa que entenda os cálculos relativos a previdência para esclarecer as dúvidas dos deputados”, comentou Anibelli. Em entrevistas recentes, Follador afirmou que a proposta do governo de extinguir o fundo previdenciário – que tem R\$ 8 bilhões em caixa – e incorporá-lo ao fundo financeiro – significaria na prática a extinção do Paraná Previdência. ●

Secretário da Fazenda admite erros na condução do Estado

O secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, apresentou nesta quarta-feira (4) os resultados financeiros do estado no terceiro quadrimestre de 2014. Em audiência pública na Assembleia Legislativa (Alep), ele admitiu erros cometidos no primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB), como superestimar os orçamentos elaborados, e alterações feitas na previdência dos servidores.

De acordo com o balan-

ço divulgado, a receita total realizada em 2014 foi de R\$ 35.761.690. O montante ficou abaixo tanto da receita estimada inicialmente (R\$ 37.201.460), quanto da receita atualizada posteriormente – R\$ 36.280.970. O levantamento mostra ainda que houve insuficiência financeira de R\$ 1.106.250. “O estado ano passado foi muito otimista em relação às receitas de 2015”, admitiu Costa no Plenário da Assembleia. ●

Ex-assessor do governo é libertado

O fotógrafo e ex-assessor do Governo do Paraná, Marcelo Caramori, foi libertado da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II) na última terça-feira (3). Segundo o advogado de Caramori, Leonardo Viana, o fotógrafo foi solto após aceitar colaborar e dar todas as informações à Justiça. Por isso, Caramori responderá em liberdade.

Marcelo Caramori foi preso pela primeira

vez no dia 29 de janeiro, suspeito de favorecimento e exploração sexual. Ele foi solto no dia 10 de fevereiro, e preso novamente no dia 14 de fevereiro, desta vez por suposto estupro de uma adolescente menor de 14 anos.

O ex-assessor do governo é suspeito de participar de um esquema de exploração sexual de menores em Londrina. As informações são do G1 PR. ●

05 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTA POLÍTICA

Auxílio retroativo

O Tribunal de Justiça do Paraná pediu que a associação dos magistrados retire um requerimento de pagamento de auxílio-moradia retroativo feito no início do ano por considerá-lo "inoportuno". Em plena crise financeira, os juízes pediram para receber valores não pagos do auxílio-moradia relativos aos anos de 2009 a 2014. Levando em conta que o auxílio-moradia atual é de R\$ 4.377,73, o total de atrasados poderia custar aos cofres públicos R\$ 260 mil por juiz.

05 MAR 2015

BEMPARANÁ

Justiça determina

retorno das aulas

Decisão saiu na tarde de ontem; de manhã, assembleia reuniu 20 mil pessoas

O desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná, determinou ontem o retorno imediato às aulas de professores e funcionários da rede estadual de educação. Os professores e servidores estão em greve desde o dia 9 de fevereiro. Em caso de descumprimento da determinação, a multa diária será de R\$ 20 mil. A determinação judicial veio no mesmo dia que uma assembleia que reuniu pelo menos 20 mil professores no estádio da Vila Capanema decidiu pela continuidade da greve.

O despacho do desembargador também proíbe os grevistas também de obstruir, de qualquer modo, o acesso a escolas ou a qualquer outro órgão público estadual ou de impedir o trabalho de outros servidores públicos. "Sempre que uma greve venha a comprometer o interesse da coletividade, ela deve ser considerada abusiva", conclui o desembargador. "Não me parece justo e legal comprometer toda a sociedade, maior afetada nesse momento, pelo movimento paredista".

O secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, disse ontem que a decisão de recorrer à Justiça foi a forma encontrada para proteger os direitos da população paranaense. "É uma medida extrema, mas necessária. Não existe mais justificativa para a greve", afirmou Sciarra. "Todas as questões financeiras, administrativas e da operação es-

colar estão atendidas."

O secretário da Educação, Fernando Xavier Ferreira, disse que o Governo do Estado não deixará de cumprir nenhum dos acordos que foram firmados com o magistério. "Faço um apelo aos professores para que os estudantes não sejam ainda mais prejudicados. É fundamental retornar para o cumprimento do calendário escolar", disse Xavier Ferreira.

A greve já dura 25 dias e já traz sérios comprometimentos para o ano letivo, que deve ser de, no mínimo, 200 dias por ano. Cerca de 970 mil estudantes da rede estadual e suas famílias são afetados diretamente.

Professores — O coordenador de Comunicação da APP-Sindicato, que representa os professores, Luiz Fernando Rodrigues, disse que a APP não havia sido notificado até o fim da tarde de ontem, mas assim que isso acontecesse, o sindicato vai recorrer. "Seguimos todos os procedimentos. A greve não pode ser considerada ilegal", disse ontem.

Segundo a APP, não há como voltar às aulas enquanto o governo não cumprir totalmente os acordos feitos na mesa de negociação que, até o momento seriam só promessas. Hoje, a APP deve realizar atos em todas as regionais do Estado. Em Curitiba, o ato acontece no acampamento permanente montado desde o dia 9 de fevereiro na Praça Nossa Senhora de Salette, no Centro Cívico.

BEMPARANÁ

Genoino tem a pena extinta pelo Supremo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovaram na tarde de ontem, por unanimidade a extinção da pena imposta ao ex-presidente do PT José Genoino no processo do mensalão. Ele foi beneficiado pelo indulto natalino, previsto em decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado. Genoino é o primeiro dos réus condenados no processo do mensalão a se livrar da pena.

O ex-presidente do PT foi condenado em 2012 a 4 anos e 8 meses de prisão por corrupção ativa e passou a cumprir a pena em novembro de 2013. No final do ano passado, o ex-parlamentar conquistou a progressão de pena e passou para o regime aberto. Atualmente, ele está em prisão domiciliar.

O decreto presidencial de 24 de dezembro do ano passado, praxe no período de Natal, concedeu o perdão da pena para aqueles que tiverem pena privativa de liberdade inferior a oito anos e que tenham cumprido um terço da pena para o caso de presos não reincidentes.

Até 25 de dezembro, quando começou a valer o decreto presidencial, o ex-deputado havia cumprido um ano, um mês e dez dias da pena, período que foi estendido pelo fato de o réu ter conseguido reduzir 34 dias da punição, alcançando com isso o período mínimo necessário para pedir o benefício, de um ano, dois meses e 14 dias.

05 MAR 2015